

CULTURA DE PAZ: REFLEXÕES SOBRE O CARÁTER RESTAURATIVO DA PEDAGOGIA SOCIAL

Márcia Maria e Silva – UFF

Rita de Cássia Franco de Souza Antunes – UNESP

Rita Ribeiro Voss – UFPE

RESUMO

Este trabalho estabelece correlações entre o que compreendemos ser próprio do caráter restaurativo da Pedagogia Social e as proposições produzidas pelo filósofo e ativista japonês, Daisaku Ikeda. Anualmente, ele escreve uma carta endereçada à Organização das Nações Unidas (ONU), intitulada Proposta de Paz, com uma análise dos problemas mundiais, suas causas e consequências. O autor indica caminhos para o enfrentamento e superação dos obstáculos, com base em uma cultura de paz, tanto no âmbito das relações internacionais quanto interpessoais. Contextualizamos a produção das Propostas de Paz inseridas nos próprios ideais e objetivos mundiais representados pela ONU e, também, no ideal de uma Educação para criação de valores humanos para enfrentar e afrontar os problemas do século XXI. Selecionamos e analisamos trechos de algumas propostas com o objetivo de apresentar as bases da perspectiva humanista de seu autor. Por fim, identificamos problemas sociais e educacionais de âmbito escolar e não escolar e, em vista deles, indicamos a necessidade de caminhos restaurativos, considerando o que chamamos de Pedagogia Social Humanista, inspirada no conjunto de ideias e proposições que formam a Educação.

Palavras-chave: Pedagogia Social; Cultura de Paz; Educação Soka

INTRODUÇÃO

O presente trabalho fará um entrelaçamento de ideias sobre o caráter restaurativo da Pedagogia Social, tomando como principal referência as Propostas de Paz de Daisaku Ikeda, presidente da organização não-governamental Soka Gakkai Internacional (SGI), endereçadas anualmente à Organização das Nações

Unidas (ONU) com o objetivo de propor caminhos para a valorização da educação, da cultura e da paz no mundo.

Na primeira parte do artigo, exporemos o contexto em que foram e ainda são elaboradas as Propostas de Paz. Na segunda parte, trataremos das proposições de paz, de seu conteúdo propriamente dito. Na terceira parte, apresentaremos uma reflexão sobre as convergências das proposições de Ikeda, para o enfrentamento dos problemas cotidianos decorrentes das políticas e práticas educacionais vigentes no Brasil.

A relevância deste estudo encontra-se na contribuição dos argumentos e proposições, no sentido de efetivar ações para mudança, no âmbito local, a partir da profunda compreensão da inevitável interdependência das dimensões global e local da vida para a (re)construção de um mundo melhor, mais justo e feliz.

O CONTEXTO DAS PROPOSTAS DE PAZ DE DAISAKU IKEDA

As propostas de paz consideradas neste artigo foram escritas pelo filósofo, ativista e pacifista japonês Daisaku Ikeda, líder de uma Organização Não Governamental, a Soka Gakkai Internacional (SGI), fundada por dois educadores japoneses, Tsunessaburo Makiguchi e Josei Toda, em 1930. A SGI, possui, hoje, cerca de 12 milhões de associados em 192 países. Seus esforços se voltam para a promoção da educação, da cultura e da paz no mundo, tendo como pressupostos os princípios budistas que orientam uma filosofia voltada à dignidade e à convivência pacífica das pessoas e culturas no mundo.

Entre as ideias de Ikeda para propor medidas para a pacificação do mundo estão a defesa do desarmamento, do desenvolvimento humano e a sustentabilidade dos meios social e natural, entre outros temas, aos quais ele se dedica anualmente, desde 1983. O pacifista japonês realça, em suas proposições, problemas mundiais já conhecidos por vários organismos da ONU, ao denunciar, com veemência, os riscos que determinadas políticas internacionais provocam contra os povos e

classes sociais menos favorecidos, contra o meio ambiente, considerando o esgotamento dos recursos naturais, devido a uma economia neoliberal que incentiva costumes ultraconsumistas, acabando por acelerar os perigos da extinção da própria espécie humana.

São inúmeras as condições mundiais que desafiam o pensador Ikeda a conclamar a aproximação de líderes a uma disposição conjunta para elaborar estratégias de enfrentamento dos referidos problemas. Dentre eles estão os níveis alarmantes de desigualdade social e de miséria que crescem a cada ano, o que economistas e sociólogos atribuem ao abandono das políticas sociais do *Welfare State*, no final dos anos 80 do século XX, com seus efeitos persistentes em quase duas décadas do século XXI. Além disso, o mundo do trabalho sofreu mudanças que lançaram os países mais pobres (segmentos menos favorecidos economicamente) à condição de quase escravidão, enquanto uma ínfima parcela da população ganha o equivalente à boa parte da totalidade do PIB mundial, ou ainda, enquanto uma grande parte da população do planeta vive na linha da pobreza. Esse quadro revela uma concentração de renda sem precedentes, principalmente advinda do capital não produtivo e da transferência dos investimentos para aplicações financeiras privadas.

Em outubro de 2018, a própria ONU, corroborando os estudos e as pesquisas que compuseram o quadro desolador de abandono das políticas públicas e sociais, informou que, apesar da diminuição da pobreza extrema no mundo, quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza. Segundo dados divulgados, em maio de 2019 pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, as principais economias desenvolvidas e as principais regiões em desenvolvimento tiveram baixa na perspectiva de crescimento. Está, portanto, ocorrendo uma desaceleração da economia global com base na queda do capital investido na produção e, também, em função de incertezas políticas internacionais, tensões comerciais não resolvidas, entre outros aspectos, que ameaçam o combate à pobreza.

A Proposta de Paz de 2019 apresenta uma questão crucial para a convivência mundial, que é o seu tema principal: a necessidade de desarmamento mundial. O relatório divulgado em maio de 2018 pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, demonstra que gastos militares globais superam cerca de oitenta vezes o destinado para suprir necessidades de assistência humanitária em todo o mundo e alerta sobre a ilusão de que cada país deveria buscar sua própria segurança, uma vez que essa atitude, sem se preocupar com a segurança dos demais, cria, na realidade, insegurança global. O relatório demonstra uma preocupação com um possível impasse a que se pode chegar em relação à sustentabilidade mundial, ao identificar o ponto fundamental do problema: a alocação dos recursos no armamento das nações. Adverte sobre:

a crescente lacuna entre a alocação de recursos e o fato de que os fundos necessários não estavam destinados para erradicar a pobreza, promover a saúde e a educação, combater as mudanças climáticas e outras medidas para proteger o planeta (IKEDA, 2019, p.16).

No Brasil, segundo a agência de notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em matéria publicada em dezembro de 2018, houve aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Em números absolutos, constatou-se um aumento de um contingente de 52,8 milhões para 54,8 milhões de pessoas nessa condição. Também houve um aumento dos que vivem com menos de 406 reais por mês. A pobreza subiu de 25,7% (2016) para 26,5% (2017). Já o índice de extrema pobreza (renda inferior a 140 reais) sofreu variação de 13,5 milhões (2016) e 15,2 milhões (2017), apresentando uma variação de 6,6%(2016) para 7,4%(2017).

É inquietante verificar que todas as regiões do país concorrem, significativamente, para esses altos índices indesejáveis, mesmo nas capitais dos estados e no próprio Distrito Federal. Esse quadro de desigualdade social é ainda mais inquietante quando se verifica que há uma forte correlação entre a pobreza e o aumento da violência, que pode se agravar com a licença para porte de armas, proposta esse ano pelo governo, sem contar a facilitação de aquisição de armas pelas milícias nos grandes centros urbanos. O Atlas de Violência (2019), organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de

Segurança Pública, ao analisar os dados oficiais de 2017 do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), registra “o maior nível histórico de letalidade violenta intencional” no Brasil. Os jovens negros e pobres são as principais vítimas (IPEA, 2019, p.5).

Mesmo com todo o aparato legal e técnico disponível no Brasil, no sentido de garantir condições básicas de existência ao povo brasileiro, e mesmo considerando a amplitude continental e a densidade demográfica do país, ainda assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme dados do PNUD (2018), está muito aquém se considerarmos o 8º lugar que o país ocupa na economia mundial, amargando a 79ª posição de IDH entre os demais países, alguns deles, em patamares econômicos abaixo da posição que o Brasil ocupa mundialmente, mas com esse índice melhor do que o nosso.

Nesse contexto, entendendo a urgência em atender a demandas decorrentes dos problemas emergentes, a Pedagogia Social, como área do conhecimento que estuda questões sociais relacionadas à formação para o desenvolvimento humano, considera decisiva a influência da educação sobre as circunstâncias sociais. Desse ponto de vista, procuramos identificar em que aspectos as Propostas de Paz de Daisaku Ikeda alcançam e podem inspirar a atuação do pedagogo social, tendo em vista seu caráter restaurativo.

PROPOSTAS DE PAZ: DESAFIOS E ARGUMENTOS

A ONU foi criada a partir do interesse de diferentes países em enfrentar os inúmeros desafios de ordem política, social e econômica decorrentes da Segunda Guerra Mundial. As nações desejavam aumentar as condições para haver paz no mundo e, em 1945, representantes de 50 países elaboraram a Carta das Nações Unidas, comprometendo-se a manter a convivência pacífica entre os países signatários, o que se estendeu às demais nações como direito dos povos. São seus propósitos:

manter a paz e a segurança internacional, desenvolver relações amistosas entre as nações, realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns (ONU,1945).

Entre os princípios da ONU destacamos o reconhecimento, em seus princípios gerais, da “soberania e autodeterminação de todos os povos”; a procura de “proposições pacíficas diante de conflitos que podem comprometer a paz”; a busca de que a “justiça e a segurança mundiais não sejam postas em risco”; a “recusa à ameaça ou ao uso de força contra os Estados” e; “o apoio às Nações Unidas em qualquer medida tomada com base nos preceitos da Carta.”

Os temas com os quais a ONU exerce suas funções são: o clima, os direitos humanos, o reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento de afrodescendentes, a preservação do meio ambiente, o fim da pobreza extrema, o combate à desigualdade e à injustiça, o desenvolvimento sustentável, a saúde e o bem-estar, a erradicação da fome e o investimento na agricultura sustentável, a educação de qualidade, a igualdade de gênero, a preservação da água potável e o investimento em saneamento básico, a energia limpa e acessível, o trabalho decente e o crescimento econômico, o desenvolvimento da indústria, inovação e infraestrutura, a valorização das cidades e comunidades sustentáveis, a atenção ao consumo e a produção responsáveis, a valorização da vida aquática e terrestre, a eficácia das instituições, a revitalização da parceria global bem como seus meios de implementação.

As Propostas de Paz de Daisaku Ikeda organizam-se em dois eixos: global e local. Nessa dialógica, ele trata de questões sobre educação e sociedade. Também apresenta e analisa problemas de repercussão planetária que afetam a vida, considerando-os sob aspectos coletivos e individuais, materiais e imateriais, objetivos e subjetivos. Sua proposta fundamental é a mudança de perspectiva com a qual olhamos e interpretamos os fatos que desencadeiam os problemas mundiais. O humanismo é a filosofia adotada por Ikeda, quer quando ele se posiciona em relação às macropolíticas que submetem, exploram e destroem os direitos

humanos, ou quando apresenta estratégias de formação da autoconsciência no redimensionamento das ideias e práticas de modo que, através da mudança de cada um, a consciência planetária possa ser ampliada.

A proposta encaminhada à ONU, em janeiro de 2019, traz como problemática central o armamento mundial, principalmente o armamento nuclear e o surgimento das armas autônomas, os chamados robôs assassinos (LAW). Esse projeto social de segurança internacional provoca conflitos internos e externos, o que aumenta, além do sentimento de insegurança generalizado, as desigualdades sociais, como dissemos anteriormente, uma vez que, desviam-se recursos destinados a políticas sociais, como saneamento básico e renda mínima, para a aquisição e/ou produção de armas.

Ikeda (2019) atribui essa ânsia armamentista ao que Carl Fridroch Weizsäcker, filósofo alemão, chamou de “doença da alma”. O filósofo japonês traduz essa doença como a “ausência de paz”, que não pode ser atribuída a causas exteriores, resultante da estupidez ou do mal. Essa patologia sequer pode ser superada pela instrução nem pela condenação social, mas pela transformação das consciências. Aqui, se pode vislumbrar o papel da educação que, ao tomar um problema social como acionador cognitivo da transformação do universo interior, pode cooperar efetivamente para uma convivência pacífica e sustentável no planeta.

A ideia de transformação interior em vista de um tema candente para a educação também se encontra na proposta de paz de 2018, que abordou os Direitos Humanos. O cerne dessa transformação da consciência convoca um estado empático de “jamais permitir que ninguém sofra o que alguém já sofreu” (IKEDA, 2018,p.28). E, apesar do sofrimento humano ser uma experiência radicalmente subjetiva, isto é, cada um sente de forma singular, Ikeda (2018) afirma que está no coração das pessoas, o potencial para compreender o sofrimento de outro ser humano como seu. Aí radica o poder transformador de conflitos em coexistência harmônica e pacífica.

Nessa mesma proposta, o líder da SGI reconhece, ainda, o papel do empoderamento feminino para a transformação social a partir das potencialidades humanas, como fundamental para a realização e concretização de suas propostas, pois o considera “a força motriz para restaurar esperança e avançar” (IKEDA, 2018, p.60) diante dos quatro principais desafios discutidos na proposta: a guerra nuclear e as armas de destruição em massa; a valorização dos idosos pelo reconhecimento do seu papel social e dos seus direitos; o trabalho integrado dos poderes públicos em função da causa climática local e; a atenção às crianças imigrantes e refugiadas a partir da educação que abre caminhos de esperança. É possível ver aqui, os lugares do Pedagogo Social, a sua práxis educacional.

Com relação à sustentabilidade social referida por Ikeda, há uma aproximação com o pensamento de Feil & Schreiber (2017) que, em estudo sobre as sobreposições e alcances dos significados de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, escreve:

As analogias entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável avançam na direção da compreensão das inter-relações de um único sistema composto pelas atividades humanas e ambientais. Tal compreensão possui uma dupla finalidade: satisfazer a necessidade da humanidade; sustentar os sistemas que dão suporte à vida no planeta (LAMBIN, 2005; BRINSMEAD e HOOKER, 2011). Assim, a sustentabilidade abrange os sistemas e o desenvolvimento sustentável no que se refere às necessidades humanas e ao seu bem-estar. Os seres humanos não são independentes e isolados, fazem parte de uma teia complexa de fenômenos naturais inserida num único sistema global, o que Moldan *et al.* (2012) denomina de miríade de relacionamentos e interdependências (FEIL & SCHREIBER 2017, p. 676).

A sofisticação tecnológica direcionada ao aumento do poder pelas armas pressupõe a garantia também de maior poder de fogo e maior proteção contra inimigos políticos. Seguindo essa linha de pensamento, os países que possuem as armas mais sofisticadas supostamente manteriam protegidas as pessoas dentro de seus países. No entanto, tomando como argumento a "miríade de relacionamentos e interdependências" entre os humanos, mencionado pelos autores, os limites geográficos e políticos não se mostram como efetivos garantidores de proteção e qualidade de vida. Ao contrário, as ações destrutivas dirigidas a outros países, ainda que sob justificativa de salvaguarda dos direitos próprios, trazem efeitos negativos

para todas as partes envolvidas. Sendo então todos vítimas de si mesmos, quais seriam os caminhos de autoproteção coletiva?

Torresi, Pardini & Ferreira (2010), acenam com uma solução, ao tratar do conceito sustentabilidade. Explicam que:

O termo desenvolvimento sustentável abriga um conjunto de paradigmas para o uso dos recursos que visam atender as necessidades humanas. Este termo foi cunhado em 1987 no *Relatório Brundtland* da Organização das Nações Unidas que estabeleceu que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades". Ele deve considerar a sustentabilidade ambiental, econômica e sociopolítica. Dentro da questão ambiental (água, ar, solo, florestas e oceanos), ou seja, tudo que nos cerca precisa de cuidados especiais para que continue existindo. Portanto, as sustentabilidades econômica e sociopolítica só têm existência se for mantida a sustentabilidade ambiental.

A conservação do meio ambiente deve estar inserida em uma política de desenvolvimento do país, mas é importante enfatizar que ela não pode ser de apenas uma pessoa ou um governo. O meio ambiente deve ser um cuidado de todos com tudo. Os cidadãos devem estar permanentemente alertas para os perigos das ações mais inocentes que são realizadas no meio ambiente. A implementação de ações sustentáveis envolve atos e ações simples como ir a um supermercado, o uso racional de água nas residências, a manipulação adequada do lixo etc., mas deve envolver também atitudes radicais quanto ao consumismo exagerado.

Tais ações cotidianas mais simples, como evitar o consumismo, cuidar dos modos de coleta de lixo, por exemplo, às mais sofisticadas como investir em políticas de desarmamento e valorizar aquelas que assegurem a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, para todos, são a expressão dos caminhos ao alcance de cada pessoa a partir dos seus limites geográficos de convivência.

Ikeda segue essa mesma linha de reflexão na sua Proposta de Paz de 2019. São suas as sugestões de uma pragmática ambiental, sem prescindir do objetivo de criar condições para a vida digna em todas as suas formas. Ele analisa relatórios de conferências, assembleias e reuniões gerais de âmbito mundial, de onde emanam, por exemplo, as vozes de Guterres (2018), Weizsäcker (2019) e Ginkel (2019), Secretário-geral da ONU, Presidente do Clube de Roma e ex-Reitor da Universidade das Nações Unidas, respectivamente.

Essas preocupações podem ser encontradas nos Escritos do reformista Nichiren Daishonin, filósofo e exegeta do pensamento de Shakyamuni, um sábio indiano que viveu no período 400-500 a.C., e de onde se extrairiam os fundamentos budistas da SGI. O monge japonês tratou das causas do sofrimento como uma distorção da consciência no mar de eventos transitórios da vida. Para ele, era preciso adotar a visão de que a pessoa e o meio formam um só ente existencial ao compreender que a separação entre a pessoa e o mundo é ilusória. O cerne dessa filosofia é a transformação da consciência, uma vez que ao se identificar que os males do mundo são extensões da consciência, já se teria uma base para a vivência pacífica no planeta.

Na proposta de 2017, Ikeda corrobora o apelo das Nações Unidas à comunidade internacional de que se construa um mundo onde "ninguém fique para trás". Ikeda acredita que o valor de cada estado ou sociedade não está nos potenciais militares ou econômicos, mas nas ações efetivas em prol daqueles que sofrem. O objetivo dessa proposta é tratar do papel dos jovens na construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas. A proibição e abolição das armas nucleares, a reação diante da crise dos refugiados e a construção de uma cultura de direitos humanos, especialmente no que diz respeito à igualdade de gênero, são áreas cruciais para atingir esse objetivo.

O alvo da proposta de 2019 é o empoderamento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas, no encontro entre elas com a finalidade de contribuir para o bem-estar de todos. A proposta considera nociva a resignação e a falsa crença de que as mudanças não são possíveis e critica a indiferença e a falta de responsabilidade e de autocontrole pessoais. E mais uma vez, como na proposta de 2017, avalia o papel relevante dos jovens no presente quando se efetiva a possibilidade de novos avanços nas áreas em que se veem envolvidos.

A CULTURA DE PAZ E O CARÁTER RESTAURATIVO DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO SOCIAL NO BRASIL

Pensar e agir no sentido da construção da Cultura de Paz implicam refletir criticamente sobre a forma hegemônica de conceber o mundo que se pauta no critério científico-metodológico dicotômico, que aparta sujeito e objeto do conhecimento. Essa perspectiva enfraquece as relações concretas das pessoas no mundo, ao estabelecer, por exemplo, a troca de tudo por um equivalente em dinheiro, numa lógica do mercado. Como, então, recuperar o que Marx expôs tão bem, em *A Ideologia Alemã*, sobre a alienação humana do mundo e, por extensão, de si mesmo, dos elos que nos atam à vida, ao trabalho e à produção humana? Alguns cientistas da cognição, como Francisco Varela (2003) alertam que, para isso, é preciso ativar as práticas de “atenção-consciência”, que levam alguém a conhecer a si enquanto conhece algo, “ao esclarecer os mecanismos dos processos de cognição e avaliação que nele operam (...) prática imersa na experiência do viver, em que o sujeito simultaneamente reflete enquanto faz” (VOSS, 2013, p.120).

Trata-se, portanto, de reconduzir ao centro das discussões pedagógicas a experiência do sujeito no mundo, como algo simbiótico, considerando a inseparabilidade de vida e ambiente, tendo por objetivo o que Makiguti (1994) chamou de reforma educacional e que Ikeda retomará no sentido de revolução humana. Numa orientação destinada a jovens estudantes, o líder da SGI disse: “A revolução humana ocorre a partir do momento em que uma pessoa passa a visualizar além de seu mundo restrito, rotineiro e comum, e se esforça para realizar algo mais grandioso, profundo e abrangente”. E prossegue:

O mundo jamais irá melhorar enquanto as pessoas — que são a força propulsora e o ímpeto que estão por trás de todos os empreendimentos — forem egoístas e insensíveis. Nesse sentido, a revolução humana é a mais fundamental de todas as revoluções, e também a mais necessária para toda a humanidade (BSGI, 2019).

Nesse sentido, a pessoa que busca compreender sua própria condição no mundo poderá realizar escolhas de modo consciente e conseqüente, optar por ação ou não-ação, ao considerar, a si própria, o “outro” e o ambiente natural e social. Não só a sua vida importa quanto a de toda a comunidade; não só os limites de suas

relações, mas a liberdade para romper determinismos, para promover uma nova ordem social. Assim também pensava um dos filósofos da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno (2003), um acadêmico que procurou compreender a personalidade autoritária para que os genocídios e etnocídios da Segunda Guerra Mundial não ocorressem novamente. A pedagogia após Auschwitz deve ensinar a escolher o justo, a dizer não diante da injustiça, ainda que ela se apresente formalmente legal, como foi o caso de judeus, ciganos e opositores do regime nazista deslocados para campos de concentração.

A formação desse tipo de consciência demanda liberdade pedagógica para instigar uma formação para a reflexão crítica, para a autonomia do pensamento e da conduta e para a empatia nas relações humanas. Em conjunto, esses direcionamentos educacionais se traduzem em práticas pedagógicas com base em valores humanos, como no sistema tripartite bem, benefício, beleza, aspectos da teoria de criação de valores humanos de Makiguti (1994), base da educação Soka.

O objetivo principal da pedagogia de criação de valores é a felicidade alcançada através de escolhas satisfatórias para a vida e para a sociedade ao levar-se em consideração o bem social, a formação para o aprimoramento das qualidades subjetivas, e a aquisição de bens materiais para manter a vida. Dessa forma, a educação é mais que, e vai além de, formação para o trabalho ou para uma felicidade meramente hedonista.

Educar é um ato generoso, uma atitude amorosa (FREIRE, 2011). Significa ensinar as pessoas a aprender a viver em um mundo com tantos desafios, de forma humana, que acolha a diferença, que proteja a natureza, já exaurida. Isto é, educar envolve acionar a consciência das pessoas sobre as ameaças criadas pelo próprio ser humano contra a sua própria sobrevivência. É nesse sentido que Voss (2013, p.74), esclarece que educar diz respeito não apenas a operações cognitivas, isto é, a um processo que opera de dentro para fora, por um aparato biológico, cerebral, mas também acionado pela experiência, pela cultura, pelos problemas sociais, pelas trocas de informações com o meio, traduzidos de modo singular pelo sujeito que os percebe. Em suma, ela afirma que “a educação deve recorrer a um

conhecimento que retroage sempre, no sentido de que todo conhecimento objetivo deve levar ao conhecimento do próprio sujeito que conhece. Essa é a responsabilidade máxima de uma pedagogia de formação humana para a felicidade” (VOSS, 2013, p.126).

Enuncia-se aqui uma educação, claramente, para além dos saberes inerentes à formação profissional. Trata-se de estabelecer compromisso com os valores da vida. Nesse sentido, entendemos que o cotidiano de atuação do pedagogo social no Brasil requer consciência da problemática do mundo contemporâneo tratada nas propostas de paz. Esse comprometimento ainda requer múltiplas competências proativas com base na formação inter e transdisciplinar, no que diz respeito às relações que a pessoa precisa estabelecer consigo mesma, com o “outro” e com o meio natural e social, onde quer que esteja. Propomos chamar essa formação de *Pedagogia Social Humanista*.

Portanto, o fio que conduz este estudo das proposições de Ikeda, com relação à reflexão sobre a formação inicial e continuada desse profissional numa *Pedagogia Social Humanista* é a busca de superação dos desafios impostos aos nossos dias, cotidianamente, que emergem de questões tais como o desarmamento, a promoção de uma vida sustentável para o planeta, dos valores para a vida e para felicidade. Conforme destacamos, os resultados em razão de ações eficazes, segundo o filósofo Ikeda, podem ser atingidos no âmbito das relações internacionais se os esforços das nações forem direcionados para o humano e para o ativismo juvenil. As duas vias mostram o sentido da política que a contemporaneidade requer, uma política de humanidade, também defendida por Edgar Morin (1997), através da valorização dos recursos dos jovens, segundo Ikeda, para a construção de um futuro sustentável.

Neste sentido, o conceito “revolução humana” de um dos fundadores da SGI, Josei Toda, que Ikeda iria ampliar e consolidar, ao longo da história da organização, já mencionados anteriormente, é aqui de suma importância no paradigma da educação humanista. Trata-se de uma força interior, de consciência do potencial humano em cada um, que é capaz de promover mudanças pessoais e

sociais extraordinárias. Isto é, qualquer situação é passível de transformação quando desenvolvemos um autoconhecimento capaz de compreender a inquebrantável unidade de pessoa e mundo. A revolução humana é um reposicionamento da pessoa em relação aos valores que cultiva para a vida.

Revolução humana – eis o ponto primordial de tudo. Isso se deve ao fato de o homem ser a base de tudo; cada pessoa é a base de tudo. Por essa razão, a reforma da vida individual é que possibilita a mudança do lar, da comunidade e até mesmo da sociedade. Transforma também o curso da época e da história e o próprio mundo (IKEDA, 2006, p.11).

A revolução humana decorre do conceito de “criação de valor” de Makiguti (1964), discutida por ele no livro *Philosophy of Value*, publicado em 1930, que orienta as ações da SGI. Esse conceito pode nos conduzir a pensar no pedagogo social humanista como agente de mudança. Trata-se de criação de valores no sentido que a proposta de paz de 2014 advoga: como um sistema valorativo para a construção de um mundo solidário, que faz da vida de uma pessoa um farol de esperança e coragem capaz de estimular “o outro” a superar a si e aos seus problemas, em um mundo caótico, cuja transformação subjetiva leva a mudanças do próprio ambiente problemático.

Pessoas expostas a calamidades - perigos imprevistos, desastres naturais, crises econômicas ou ameaças persistentes, opressão política, violação dos direitos humanos - correm o risco de sucumbir ao desespero levadas pelo terror, a tristeza ou a dor. No entanto, se abirmos mão da esperança e nos deixarmos estagnar pela impotência, não só permitimos que os problemas persistam, como contribuimos, inadvertidos, para que proliferem em outros lugares (IKEDA, 2014, p.26).

A paz, como promotora de uma organização social que induz à justiça social e à dignidade da vida, também contribui para a superação das dicotomias entre pessoa e mundo na busca de ressignificações. Paz é mais que a ausência de guerra; e, guerra, reiteramos que esta pode ser vista como uma doença, “a patologia da falta de paz”, segundo Weizsäcker (1999), citado por Ikeda (2019); a ela ninguém está imune e nem a instrução nem a condenação são capazes de superá-la.

Se nos detivermos ao referencial apresentado neste texto, compreenderemos o quão desafiadora pode ser uma *Pedagogia Social Humanista*, pois já temos um campo de saber e atuação estruturados direcionados aos vários

setores da sociedade. A sua própria definição de pedagogo social ultrapassa o universo escolar. São educadores, assistentes sociais, profissionais que atuam com pessoas privadas de liberdade, profissionais do setor jurídico, integrantes de diferentes movimentos sociais, entre outros, que atuam em situações-limite para o enfrentamento dos desafios advindos do quadro crítico, muitas vezes desumano, em que se encontram crianças, jovens e adultos excluídos, vítimas e também agentes de diversas formas de violência. Muitas de suas ações decorrem das já mencionadas macropolíticas nacionais e internacionais, o que para muitos não se mostra perceptível na vida diária dada a impossibilidade de enxergar suas interconexões. Trata-se, pois de ir além, de lhe dar o espírito do humanismo proposto por Ikeda.

Esse humanismo se inscreve no quadro de atuação do pedagogo social. Lançar esse olhar sobre a realidade do Rio de Janeiro, uma das mais críticas e conhecidas do país, mostra a urgência de se instaurar uma praxis educacional humanista. Imaginemos a presença de nuvens densas se formando no céu numa tarde. Podemos imaginar também, a ansiedade das pessoas que moram nos morros e nos bairros periféricos prevendo o estrago que a chuva poderá causar. Pode significar que haverá muita água entrando nos lares; que os trabalhadores provavelmente terão que atravessar enchentes, que poderá haver deslizamento de terra, que a correnteza poderá provocar desabamentos. Por outro lado, os tiroteios diários em confrontos do poder público com a criminalidade, entre facções, não só nas comunidades, mas em vias públicas movimentadas. Os interesses que conduzem o planejamento urbano do Rio de Janeiro desde os primórdios, ou a sua falta, criaram áreas vulneráveis e vêm acentuando os problemas vivenciados pela população dessas áreas e da cidade como um todo. Cabe ao pedagogo social trabalhar pela restauração da confiança dessas pessoas, com toda a complexidade social, política econômica e pessoais decorrentes de injustiças sociais profundas.

Diante desse quadro, para a *Pedagogia Social Humanista*, inspirada pela educação humanista extraída dos princípios e das bases das propostas de paz de Ikeda, colocam-se as questões norteadoras da organização dos saberes da

formação do pedagogo social: como afrontar no âmbito da consciência global as ameaças do armamento, os interesses internacionais e transnacionais que provocam a devastação da natureza e extinção das espécies, o empobrecimento e desvio de recursos que poderiam ser destinados para prover a vida humana de forma digna? No âmbito local, o que nos toca de maneira mais imediata e diz respeito à nossa atuação na sociedade: quais os saberes necessários para atuar com as populações vulneráveis, esquecidas ou até mesmo afrontada pelo poder público? Como encontrar fontes de renovação da esperança com base na criação de valores humanos diante da grande desigualdade social sobre a qual pesa a mão forte do Estado?

A questão mais relevante, no entanto, quando consideramos uma *Pedagogia Social Humanista*, é saber como o pedagogo deve olhar para aqueles com os quais trabalha. Claro está que essa pedagogia se volta para as populações vulneráveis e pessoas em situação de vulnerabilidade. A Pedagogia Crítico-Social diz que ela trabalha para o despertar da consciência crítica para transformar a realidade social. O pedagogo teria o papel de conduzir os educandos no processo de transformação social (ARANHA, 1996). No entanto, é justamente na noção de “desenvolvimento da consciência” que se encontra a distinção de seu entendimento e o da Educação Soka.

Todos os seres humanos têm latentes os potenciais da espécie. É a transmissão cultural de saberes que os ensinam a serem humanos de forma particular, isto é, como ser um indígena *Kaiowa* ou um *Inuit* ou um brasileiro do extremo sul do país. Portanto, falamos sobre o que há de comum em todos os seres humanos, a capacidade para o desenvolvimento da consciência e da autoconsciência. A plenitude do humano está justamente nesse enlace da consciência do mundo e do valor que se atribui às coisas e aos seres que nele habitam, de forma particular, local.

Não se pode, por isso, resumir as populações vulneráveis a suas carências mais imediatas, que obviamente devem ser supridas, mas não se pode restringir sua condição humana, e sim considerar o que as eleva acima das coisas mais

ordinárias da vida. Conhecer e transformar a realidade requer a formação e transformação das subjetividades.

O princípio de inseparabilidade de pessoa e ambiente, base da Educação Soka, implica olhar a inseparabilidade entre pessoa e meio, o que significa olhar para a devastação ambiental, mas também para o entorno, para a falta de saneamento básico, por exemplo, que promove a proliferação de vetores de doenças em razão do esgoto a céu aberto. A compreensão de que temos um elo existencial com o meio, é ela mesma libertadora, pois mobiliza recursos internos e externos para transformações radicais.

O sistema pedagógico de criação de valores humanos bem, benefício, beleza é um recurso para a práxis do pedagogo social humanista, uma vez que os valores que o constituem são integrados. A partir da utilização do sistema pode-se demonstrar que as ações promovidas no meio social e natural precisam levar em conta o benefício, os meios materiais para satisfazer necessidades reais ou imaginais; o bem, saber se o que traz contentamento e satisfação individuais é também um benefício para a coletividade e, nesse sentido, as condições de vida digna coletiva devem ser buscadas; e a beleza, cultivo das qualidades e aprimoramento da subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos forte correlação entre o que compreendemos ser próprio do caráter restaurativo da Pedagogia Social e as proposições produzidas por Daisaku Ikeda em suas propostas de paz endereçadas à ONU, tendo em vista o enfrentamento para superação de problemas mundiais em suas causas e consequências.

Partindo da observação do trânsito dessas propostas entre o âmbito das relações internacionais de interesse da ONU e o das microrrelações interpessoais com propósitos de educação para a criação de valores humanos, analisamos

diferentes trechos das propostas de paz, buscando revelar as bases da perspectiva humanista de Daisaku Ikeda.

Procuramos contextualizar o objetivo central dessa perspectiva humanista para que a cultura de paz se instaure, elencando algumas situações que identificamos como decorrentes de problemas sociais e educacionais em situações formais e não-formais de assistência e/ou ensino, com o propósito de apresentar caminhos restaurativos, considerando o que chamamos de *Pedagogia Social Humanista*, inspirada no conjunto de ideias e proposições que formam a educação.

Não queremos fechar a discussão de problemas tão complexos, levantados ao longo dos 36 anos de envio das propostas de paz de Daisaku Ikeda, cujo interesse acadêmico começa a se revelar aqui, pelas três autoras. Há muito o que buscar nas propostas do pensador japonês, o que entender sobre a filosofia de indissociabilidade de pessoa e meio, uma visão ecológica profunda que embasa a educação de criação de valores humanos. O que aqui quisemos considerar, ainda que de forma panorâmica e resumida, é a relação entre o caráter restaurativo da Pedagogia Social e as proposições de Ikeda, que exaustivamente anunciam o esgotamento dos recursos naturais cada vez mais crítico e a inversão dos valores, isto é, quando as coisas e os interesses do mercado se constituem em sujeitos e os humanos em seus objetos.

O caráter restaurativo da *Pedagogia Social Humanista* está centrado justamente na relação indissociável de pessoa e meio em que não se subestima, nas populações e indivíduos em situação de vulnerabilidade, a práxis do sujeito no mundo e a construção de uma subjetividade consciente de si e de seu papel no meio mais imediato, em sua localidade. É esse sujeito reconstruído que emerge da pedagogia de criação de valores, que olha para si e para o mundo e enxerga possibilidades transformadoras do seu entorno, como resultado de escolhas no sistema bem, benefício, beleza.

Por isso, é preciso salientar que o que se propõe aqui não é um manual ou uma metodologia, mas princípios organizadores do fazer do pedagogo social

humanista. Como integrante de coletivos que guardam peculiaridades, convém ao pedagogo conhecê-los em suas variadas dimensões (organizacional, social e cultural). Trata-se de saber das suas estruturas, do dia a dia da comunidade, das suas expressões culturais, das suas esperanças e dos seus projetos para o futuro. Considerando o caminho, o andar, o fazer do pedagogo como método e transfiguração, esses princípios organizadores conduziram, horizontalmente, à abordagem libertadora das prioridades e dos saberes das comunidades no sentido da formação de uma cultura de paz.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ARANHA, M. L. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1996.

BSGI. *Seikyo Post*. O que significa Revolução Humana. Disponível em: <http://www.seikyopost.com.br/budismo/o-que-significa-revolucao-humana>. Acesso em: mai. 2019.

FEIL, Alexandre A. & SCHREIBER, Dusan (2017). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

IBGE, em matéria publicada em dezembro de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em: mai. 2017.

IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da violência 2019. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/12/atlas-2019>. Acesso em: mai. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IKEDA, Daisaku. *Nova Revolução Humana*. Capítulo Castelo do Debate. São Paulo: Brasil Seikyo, 2006.

_____. *Proposta de Paz de 2005*. Disponível em: http://www.culturadepaz.org.br/media/propostas/proposta_paz2005.pdf. Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. *Proposta de Paz: Criação de Valores Humanos: A construção de um mundo solidário, capaz de se recuperar de tantas aflições*. *Revista Terceira Civilização*. São Paulo: Ed. Brasil Seikyo, n.585, maio, 2014.

_____. *Proposta de Paz: . Revista Terceira Civilização*. São Paulo: Ed. Brasil Seikyo, n.549, maio, 2014.

_____. *Proposta de Paz: A solidariedade mundial dos jovens: O alvorecer de uma nova era de esperança*. *Revista Terceira Civilização*. São Paulo: Ed. Brasil Seikyo, n.585, maio, 2017.

_____. *Proposta de Paz: Rumo à era dos direitos humanos: Construindo um movimento popular*. *Revista Terceira Civilização*. São Paulo: Ed. Brasil Seikyo, n.597, maio, 2018.

_____. *Proposta de Paz: Nova era de paz e desarmamento: Uma abordagem focada no ser humano*. *Revista Terceira Civilização*. São Paulo: Ed. Brasil Seikyo, n.609, maio, 2019.

MAKIGUCHI, Tsunesaburo. *Philosophy of value*. Tokyo: Seikyo Presse, 1964.

MAKIGUTI, Tsunessaburo. *Educação para uma vida criativa: ideias e propostas de Tsunessaburo Makiguchi*. Trad. Eliane Carpenter. Rio de Janeiro: Record, 1994. (Trad. de *Education for creative living: ideas and proposals of Tsunessaburo Makiguchi*).

_____. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2003.

_____. *Uma política de civilização*. Portugal: Piaget, 1997.

ONU. *Carta das Nações Unidas, 1945*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-reduz-previsao-de-crescimento-economico-em-meio-a-tensoes-comerciais-e-incertezas-politicas/>. Acesso em: mai. 2017.

_____. *Dados estatísticos. Relatórios do Desenvolvimento Humano 2018*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: mai. 2018.

_____. *Princípios*. <https://nacoesunidas.org/conheca/principios/>. Acesso em: mai. 2017.

PNUD. Human Development Indices and Indicators. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>. Acesso em: mai. 2018.

TORRESI, Susana I. C. De; PARDINI, Vera L. & FERREIRA, Vitor F. (2010). O que é sustentabilidade? In *Quim. Nova*, Vol. 33, No. 1, 5, 2010 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422010000100001. Acesso em: mai. 2017.

VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; e ROSCH, Elonor. *A mente incorporada: ciências cognitivas e a experiência humana*. São Paulo: Editora Artmed, 2003

VOSS, Rita R. *Pedagogia da Felicidade de Makiguchi*. Campinas: Papyrus, 2013.

WEIZSÄCKER, Richard von. *From Weimar to the Wall: My life in German Politics*. [De Weimar ao muro: Minha vida na política alemã]. Tradução: Ruth Hein. Nova York: Broadway Books, 1999.